

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procurador-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 20 de junho de 2016.

Edição nº 1927

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....3

Súmulas de contratos.....3

Avisos de licitações.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 306/2016 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR.0006.00111/2016-3.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de junho de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 307/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Cláudia Camargo, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de abaixo-assinado que trata de suposta inexistência de fornecimento de água potável pelo Município na referida localidade. A respeito foi instaurado o expediente RD.00802.00275/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 308/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Lajeado indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possíveis irregularidades na contratação de empresa de Advocacia, pelo Município de Cruzeiro do Sul, para prestação de serviços de assessoria jurídica. A respeito foi instaurado o expediente RD.00803.00158/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 309/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Vilson Bianchetti, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Lajeado indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possíveis irregularidades no transporte escolar no Município de Canudos do Vale, notadamente quanto ao transporte de pessoas da comunidade pelos veículos contratados. A respeito foi instaurado o expediente AT.00803.00050/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 310/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Panambi indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possível irregularidade em parcelamento de solo urbano na modalidade de loteamento. A respeito foi instaurado o expediente NT.00819.00011/2015.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 311/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de representação sobre possíveis irregularidades na realização de atividades internas de servidores do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE, em que pese exerçam cargos que exigem a realização de atividades externas. A respeito foi instaurado o expediente RD.01413.00614/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 312/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de denúncia de que servidor da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN frequenta aulas do curso de administração em gestão pública durante o período de trabalho. A respeito foi instaurado o expediente RD.00849.00140/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 313/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Tamara Pazini, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC nº 00882.00006/2015, instaurado com o objetivo de investigar suposta edificação realizada em área do Parque Natural Municipal da Ronda/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS****BOLETIM Nº 192/2016**

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n.º PR.00576.00394/2016-5, a pedido, a servidora efetiva ROSA MARIA HAAS, Assessora – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe “R”, ID n.º 3436837, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 40, §1º, inciso III, alínea “b”, §§ 3º, 9º e 17, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, e artigo 158 da Lei Complementar n.º 10.098/1994, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e proporcionais a 5.558/10.950 dias (cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito sobre dez mil, novecentos e cinquenta), de acordo com a média das contribuições, nos termos da Lei n.º 10.887/2004, incluindo 15% (quinze por cento) de Gratificação Adicional, conforme artigo 100, e 15% (quinze por cento), referentes a 5 (cinco) Avanços Trienais, conforme artigo 99, todos da Lei Complementar n.º 10.098/1994 (Port. 1777/2016).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 20 de junho de 2016, o servidor RICARDO DALLA ROZA SCHIAVO, ID n.º 3963756, do Cargo em Comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 1780/2016).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 1568/2016, que nomeou VANIA DELAZARI, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, deste órgão, observando-se a opção por última chamada, nos termos do parágrafo único, do Art. 16, da Lei Complementar 10.098/94 (Port. 1786/2016).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, CLAUDIA LUCIA BONETTI, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o segundo (2º) lugar na Lista de Classificação da Região dos Campos de Cima da Serra (Port. 1787/2016).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, MARIA ANGÉLICA BORGES CORREA, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o primeiro (1º) lugar na Lista de Classificação da Campanha (Port. 1795/2016).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, DÉBORA SILVEIRA SCHNEIDER, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o segundo (2º) lugar na Lista de Classificação da Região do Alto Jacuí (Port. 1796/2016).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, GUILHERME SANTOS ROSA LOPES, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o terceiro (3º) lugar na Lista de Classificação da Região do Alto Jacuí (Port. 1797/2016).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de junho de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO 32428**

CONTRATADA: EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR LTDA.; **OBJETO:** renovação de nove assinaturas anuais do jornal Correio do Povo; **VALOR TOTAL:** R\$ 5.713,20; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/1993; **RATIFICAÇÃO** em 16 de junho de 2016, pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de junho de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO 32626**

CONTRATADA: EMPRESA SISNEMA TREINAMENTO E CONSULTORIA EIRELI; **OBJETO:** inscrição de servidor no curso “Excel 2013 Recursos Avançados”, a ser realizado no período de 04 a 08 de julho do ano em curso, em Porto Alegre/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 980,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 16 de junho de 2016, pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de junho de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO.32493**

CONTRATADA: SIMON ENGENHARIA S/S LTDA.; **OBJETO:** alteração de projeto estrutural, referente à área externa do terraço do 3º pavimento da Sede Institucional da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, n.º 80, Porto Alegre/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 6.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa/Rubrica 4.4.90.51/5102; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO:** 17 de junho de 2016, pela



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de junho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1927

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de junho de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

APOSTILA PROCESSO Nº 0991-09.00/12-0

CONTRATADA: ALARM – TEK ELETRÔNICA EIRELI;
OBJETO: apostilamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia – AJDG n.º 047/2012, que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de controle de acessos (inclusive hardware e softwares), instalado na Sede Institucional deste Ministério Público, para conceder a Contratada o reajuste de preços, a contar de 28 de maio de 2016, com base na variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 10,63%, passando a vigorar o valor de R\$ 3.045,53;
FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de junho de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULAS DOS TERMOS DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR

PR.00001.01987/2013-7

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a Promotora de Justiça **ANA PAULA MANTAY**, ID n.º 3443418; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IWI5706, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013;

PR.00821.00045/2016-6

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a Promotora de Justiça **CRISTIANE CARDOSO**, ID n.º 3431002; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IZZ1901, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013;

PR.01524.00023/2016-1

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a Promotora de Justiça **CRISTIANE MELLO DE BONA**, ID n.º 3437817; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa JCB0208, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de junho de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Aviso de Abertura de Licitação

Tomada de Preços n.º 02/2016 (Processo n.º 1153-09.00/16-0) **Tipo:** Menor Preço (Global). **Objeto:** Contratação de serviço de engenharia, com fornecimento de materiais, para execução de manutenção e substituição de aparelhos de ar-condicionado no prédio-sede da Promotoria de Justiça de

Bom Jesus, situada na Rua 16 de Julho, nº 1200, em Bom Jesus, RS, conforme especificações constantes nos Anexos do Edital. **Preço orçado:** R\$ 158.049,97. **Prazo:** 07 meses. **Data e horário de abertura:** 08/07/2016, às 14 horas. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital disponível na página:** www.mprs.mp.br/licitacao/precos. **Informações gerais:** e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei nº 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de junho de 2016.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Aviso de abertura de Licitação

Pregão Eletrônico n.º 41/2016 (Processo n.º 1158-09.00/16-4) **Tipo:** Menor Preço por Item. **Objeto:** Contratação de serviço de monitoramento remoto de sistema de alarme de segurança 24 horas para as Promotorias de Justiça de Agudo, Pedro Osório, Cerro Largo e Butiá (RS), conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 06/07/2016, às 09 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 06/07/2016, às 14 horas.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de junho de 2016.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 105/2016

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00788.00028/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Guaporé por Laerte Kramer Pacheco - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Guaporé com a finalidade de apurar a deficiência na prestação de serviços de abastecimento de água potável na Rua José Bonifácio, nº 736 e numeração próxima, em Guaporé. Investigado: Companhia Riograndense De Saneamento. Local do Fato: Guaporé.

IC 00813.00009/2014 instaurado na Promotoria De Justiça De Nova Prata por Karen Cristina Mallmann - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Nova Prata com a finalidade de **OBJETO:** Apuração de irregularidades na justificativa de ausência à sessão da Câmara de Vereadores de Nova Prata-RS.

LOCAL: Câmara de Vereadores de Nova Prata

PARTE: Vereador ADELAR LORENCET. Investigado: Adelar Lorencet. Local do Fato: Nova Prata.



REINALDO ZANOTTO. Investigado. (incluído em aditamento a Portaria)

IC 00852.00022/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande por José Alexandre Da Silva Zachia Alan - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande com a finalidade de AVERIGUAR DENÚNCIA ACERCA DE IRREGULARIDADES NA MARCAÇÃO DE EXAMES NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Investigado: Município De Rio Grande. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00899.00027/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De São Sepé por Daniela Sudbrack Gaspar Raiser - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De São Sepé com a finalidade de Apurar eventual apropriação indevida de valores repassados pelo Poder Judiciário, através de recursos pecuniários oriundos das Penas Alternativas da Comarca São Sepé, ao Conselho da Comunidade do Município, bem como eventual cometimento de infração penal por parte do investigado Investigado: José Salvador Cabral Markes. Local do Fato: São Sepé.

IC 00907.00023/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Soledade por Bill Jerônimo Scherer - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Soledade com a finalidade de verificar eventual ato de improbidade, tendo em vista que o servidor Ronaldo Antoni desempenha atividade profissional de natureza particular junto a Confederação Nacional dos Municípios, durante o horário em que deveria estar exercendo suas atividades junto à Contadoria do Município de Barros Cassal/RS.

INVESTIGADOS: Município de Barros Cassal e Ronaldo Antoni.

LOCAL DO FATO: Município de Barros Cassal/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de Junho de 2016.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,

Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público. De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00783.00057/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí por Carolina Barth Loureiro Ingracio - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí com a finalidade de Apurar a omissão do Poder Público na manutenção e limpeza das vias do Parque Residencial Itacolomi, em Gravataí/RS. Investigado: Município De Gravataí. Local do Fato: Gravataí.

IC 01202.00033/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística por Heriberto Roos Maciel - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística com a finalidade de Investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de imóvel abandonado, localizado na Rua Felipe de Oliveira, entre os números 105 e 129, Bairro Petrópolis, nesta Capital. Interessados: Marilda da Cruz Diederichs e a Coletividade. Investigado: proprietário do imóvel localizado na Rua Felipe de Oliveira, entre os números 105 e 129, Bairro Petrópolis, nesta

Capital. Local do Fato: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de Junho de 2016.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Cao da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00832.00088/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Do Consumidor De Porto Alegre por Rossano Biazus - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Do Consumidor De Porto Alegre com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na relação estabelecida entre escolas/cursos não credenciadas pelo MEC e Instituições de Educação Superior (IES), com o fim de ofertar cursos de graduação e/ou pós-graduação, inclusive com suposta compra/venda de certificados. Investigado:

Inepe.Com.Br.(Facinepe) Local do Fato: RS.

Inquérito Civil 01631.000.336/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE PORTO ALEGRE em 16/06/2016 por Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz com a finalidade de apurar o fornecimento de produto (vinagre de álcool) impróprio para o consumo.

Investigado(s): Marcos Henrique Thomazzoni Ltda Local do Fato: RS. CAO comunicado

IC 00930.00005/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Viamão por Anelise Grehs Stifelman - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Viamão com a finalidade de OBJETO: Dano à tutela coletiva do consumidor consistente na oferta, em 06 de março de 2015, em drogaria situada na Av.Senador Salgado Filho, nº 1800, lojas 09 e 10, em Viamão/RS, de medicamentos, produtos de higiene e cosméticos impróprios ao consumo com prazos de validade vencidos, fracionamento irregular de medicamentos e ausência de farmacêutico responsável, e como INVESTIGADO: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS RS FARMA LTDA. Investigado: Comercial De Medicamentos Rs Farma Ltda Local do Fato: Viamão.

IC 00930.00009/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Viamão por Anelise Grehs Stifelman - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Viamão com a finalidade de OBJETO: Dano à tutela coletiva do consumidor consistente na oferta, em 11 de setembro de 2015, em estabelecimento geriátrico situado na Rua Açores, nº 762, Bairro Tarumã, em Viamão/RS, de produtos alimentícios impróprios ao consumo em razão de prazos de validade vencidos, e como INVESTIGADO: A.P DOS SANTOS SUTEL GERIATRIA ME. (CNPJ 22272673/0001-33). Investigado: A. P. Dos Santos Sutel Geriatria Me. Local do Fato: Viamão.



IC 01212.00019/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Osório por Leonardo Chim Lopes - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Osório com a finalidade de INVESTIGAR A COMERCIALIZAÇÃO IRREGULAR DE PALMITOS Investigado: Agente Roletto. Local do Fato: Osório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de Junho de 2016.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do Cao de Defesa do Consumidor.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00722.00042/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bento Gonçalves por Elcio Resmini Meneses - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bento Gonçalves com a finalidade de: averiguar dano ambiental pelo descarte irregular de resíduos. Investigado: Kfuri e Filhos Ltda - Me.

Local do Fato: Bento Gonçalves/RS.

Inquérito Civil 01445.000.002/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FELIZ em 17/06/2016 por Cíntia Foster de Almeida com a finalidade de Apurar eventual dano ambiental consistente na construção de dois edifícios residenciais, ocupando 2.080,64 metros quadrados, em uma área total de 5.503,63 metros quadrados (fração ideal), em área de preservação permanente do Rio Cai Investigado(s): José Alfredo Hunoff, Alfredo Hunoff Empreendimentos Imobiliários Ltda.

IC 00856.00038/2014 instaurado na Promotoria De Justiça De Rosário Do Sul por Thomaz De La Rosa Da Rosa - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Rosário Do Sul com a finalidade de APURAR O PROCESSO DE REALOCAÇÃO, POR PARTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, DOS CIDADÃOS QUE ESTARIAM HABITANDO ÁREA INVADIDA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL, LOCALIZADA NA ESQUINA DA RUA NOSSA SENHORA DO CARMO, COM A CONTINUIDADE DA RUA GENERAL OSÓRIO, NESTA CIDADE, TENDO COMO INVESTIGADO O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL Investigado: Município De Rosário Do Sul. Local do Fato: Rosário Do Sul.

PI 00872.00048/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santo Ângelo por Paula Regina Mohr - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santo Ângelo. Objeto: averiguar a situação de intervenção (abertura de valas na via pública e recomposição da pavimentação), que estaria sendo realizada a fim de viabilizar a execução das obras de implantação do Loteamento em construção;

Local: Av. Venâncio Aires (trecho compreendido entra a Av. Salgado Filho e Rua Estilac Leal), nesta Cidade;

Investigado: Innovar Incorporações Ltda.

IC 00901.00029/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Sapiranga por Paula Bittencourt Orsi - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Sapiranga com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente do corte de vegetação nativa na área localizada na rua Dezenove de Julho, n.º 1000, em Sapiranga/RS, para fins de desvio do curso de água, tendo como investigada a empresa Construtora e

ncorporadora BM Ltda. Me. Investigado: Construtora E Incorporadora Bm Ltda Me. Local do Fato: Sapiranga.

IC 00917.00042/2016 Instaurado na Promotoria de Justiça de Três Passos por Bruno Bonamente - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente do corte de duas árvores nativas de grande porte (espécies loro e canela), sem licença ambiental. Investigado: Aldemario Spiecker. Local do Fato: Linha São Sebastião, Esperança do Sul/RS.

IC 00917.00043/2016 Instaurado na Promotoria de Justiça de Três Passos por Bruno Bonamente - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de destruição de vegetação típica de banhado, em área de preservação permanente, para abertura de uma valeta, e destruição de mata nativa em um capão de mato na lavoura, sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Rogério Jandir Pilger. Local do Fato: Esquina Sinamomo, Três Passos/RS.

IC 00917.00044/2016 Instaurado na Promotoria de Justiça de Três Passos por Bruno Bonamente - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da destruição de vegetação nativa e extração de cascalho de área de 600m², sem licença ambiental. Investigado: Arnildo Ramos. Local do Fato: Localidade de Esquina Pessegueiro, Bom Progresso/RS.

IC 00917.00045/2016 Instaurado na Promotoria de Justiça de Três Passos por Bruno Bonamente - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente do depósito irregular de 59 tábuas beneficiadas da espécie Araucária, totalizando 2,36m³ de produto vegetal, sem comprovação de procedência (nota fiscal) nem Documento de Origem Florestal. Investigado: Leomar José Door. Local do Fato: Rua Davi Canabarro, nº 65, Três Passos/RS.

IC 00917.00046/2016 Instaurado na Promotoria de Justiça de Três Passos por Bruno Bonamente - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente do corte de oito árvores nativas das espécies guajuviras e canela, sem licença ambiental. Investigado: Nelio Hoffmann. Local do Fato: Linha São Sebastião, Esperança do Sul/RS.

IC 00917.00047/2016 Instaurado na Promotoria de Justiça de Três Passos por Bruno Bonamente - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos com a finalidade de apurar o exercício de atividade de serraria móvel sem licença ambiental de operação. Investigado: Jardel Follmann. Local do Fato: Linha São Sebastião, Esperança do Sul/RS.

IC 00917.00048/2016 Instaurado na Promotoria de Justiça de Três Passos por Bruno Bonamente - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos com a finalidade de apurar o exercício de atividade de triagem com aterro de resíduos sólidos da construção civil em desacordo com a licença ambiental de operação. Investigado: Tele Entulho BR Ltda - ME. Local do Fato: Lajeado Três Passos, Três Passos/RS.



IC 00917.00049/2016 Instaurado na Promotoria de Justiça de Três Passos por Bruno Bonamente - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça De Três Passos com a finalidade de apurar o exercício de fabricação de estruturas/artefatos/recipientes/outras metálicas sem licença ambiental de operação, em local impróprio, mediante uso do passeio e da via pública, os quais também são utilizados para o depósito irregular de sucata. Investigado: Joine Magnus Bergmann Metal-Arte. Local do Fato: Av. Três Passos, nº 56, Padre Gonzales, em Três Passos/RS.

IC 00929.00027/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Veranópolis por Lucio Flavio Miotto - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Veranópolis com a finalidade de OBJETO: INTERVENÇÃO EM APP SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE.

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA: exclui o nome de SERGIO TAPARELLO e inclui a SUCESSÃO DE SÉRGIO TAPARELLO.

IC 00936.00027/2016 INSTAURADO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARROIO DO TIGRE POR MARTIN ALBINO JORA - PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARROIO DO TIGRE COM A FINALIDADE DE APURAR A OCORRÊNCIA DE CRIME AMBIENTAL CONSISTENTE EM EFETUAR CORTE RASO DE FLORESTA NATIVA EM ESTÁGIO AVANÇADO DE REGENERAÇÃO NATURAL, DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, COM USO DE FOGO, EM ÁREA DE ACLIVE/DECLIVE ACENTUADO, RESTRITO E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, TOTALIZANDO 0,6HA, NA LINHA DALCIN, MUNICÍPIO DE ESTRELA VELHA/RS, SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES, CONSOANTE COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA AMBIENTAL Nº 5958 - SÉRIE D, ORIUNDO DO DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL - BM DE SANTA CRUZ DO SUL. INVESTIGADO: SANDRO PUNTEL. LOCAL DO FATO: ARROIO DO TIGRE.

IC 00936.00029/2016 INSTAURADO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARROIO DO TIGRE POR MARTIN ALBINO JORA - PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARROIO DO TIGRE COM A FINALIDADE DE APURAR A OCORRÊNCIA DE CRIME AMBIENTAL CONSISTENTE EM SUPRIMIR FLORESTA NATIVA, EM ESTÁGIO MÉDIO DE REGENERAÇÃO NATURAL, DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, EM DUAS FRAÇÕES DISTINTAS, TOTALIZANDO 0,071HA, NA LINHA DALCIN, MUNICÍPIO DE ESTRELA VELHA/RS, SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES, CONSOANTE COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA AMBIENTAL Nº 5989 - SÉRIE D E NOTIFICAÇÃO 6571, ORIUNDOS DO DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL - BM DE SANTA CRUZ DO SUL. INVESTIGADO: DENILSO JOSÉ DOS SANTOS. LOCAL DO FATO: ARROIO DO TIGRE.

IC 00936.00028/2016 INSTAURADO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARROIO DO TIGRE POR MARTIN ALBINO JORA - PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARROIO DO TIGRE COM A FINALIDADE DE APURAR A OCORRÊNCIA DE CRIME AMBIENTAL CONSISTENTE EM EFETUAR CORTE RASO DE FLORESTA NATIVA EM ESTÁGIO MÉDIO DE REGENERAÇÃO NATURAL, DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, COM USO DE FOGO, EM TRÊS FRAÇÕES DISTINTAS, TOTALIZANDO 0,6HA, NA LINHA DALCIN, MUNICÍPIO DE ESTRELA VELHA/RS, SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES, CONSOANTE COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA AMBIENTAL Nº 5959 - SÉRIE D, ORIUNDO DO DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL - BM DE SANTA CRUZ DO SUL. INVESTIGADO: ODERLI ALVES DOS SANTOS. LOCAL DO FATO: ARROIO DO TIGRE.

IC 01212.00019/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Osório por Leonardo Chim Lopes - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Osório com a finalidade de INVESTIGAR A COMERCIALIZAÇÃO IRREGULAR DE PALMITOS Investigado: Agentil Roletto. Local do Fato: Osório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de Junho de 2016.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do Cao de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00891.00124/2012 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de OBJETO: Investigar as denúncias extraoficiais dando conta da falta de médicos pediatras para atendimento na rede SUS – Sistema Único de Saúde, bem como dos documentos enviados pelos médicos pediatras da Fundação Hospital Centenário, que atestam que as crianças e os adolescentes dos postos de saúde ou centros de saúde são encaminhados ao nosocômio pela falta de tais médicos na rede.

INVESTIGADO: Município de São Leopoldo

LOCAL: Av. Dom João Becker, nº 754, Bairro Centro, São Leopoldo/RS Investigado: Município De São Leopoldo. Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00891.00132/2013 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de Investigar o cumprimento da Lei nº 12.165/2004, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas da rede pública e privada efetuarem campanhas antidrogas no decorrer do ano letivo Investigado: Escola Sagrado Coração De Jesus. Local do Fato: São Leopoldo.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de junho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1927

IC 00891.00145/2013 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de Investigar a notícia de falta de reumatologistas e de falta de medicamentos para portadores de lúpus na rede pública de saúde SUS Investigado: Município De São Leopoldo. Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00891.00143/2013 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de Investigar o cumprimento da Lei nº 12.165/2004, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas da rede pública e privada efetuarem campanhas antidrogas no decorrer do ano letivo Investigado não informado. Local do Fato: São Leopoldo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de Junho de 2016.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Coordenador do Cao dos Direitos Humanos.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 191/2016

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, FABIANO DALLAZEN, NOS TERMOS DA PORTARIA 1150/2016, **RESOLVE:**

ADITAR

- a Portaria nº 1194/2016, que designou o Grupo Temático que analisará os aspectos jurídicos e práticos da intimação pessoal do Ministério Público diante das regras do art. 183, § 1º e art. 1.019, inciso III, ambos do Novo Código de Processo Civil, para incluir o Promotor-Corregedor ARI COSTA e o Procurador de Justiça LUIZ INÁCIO VIGIL NETO (Port. 1739/2016).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de junho de 2016.

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.